

**Dos porões da ditadura ao filtro da memória: literatura brasileira contemporânea –
resistência e exílio**

**From the hidden side of dictatorship to the filter of memory: contemporary Brazilian
literature – resistance and exile**

Paulo Bungart Neto¹

RESUMO: O artigo analisa diversos aspectos relacionados aos textos memorialísticos dos exilados pela ditadura militar brasileira (1964-1985), sobretudo o “efeito dominó” das narrativas sobre a resistência, a intertextualidade entre essas obras e o papel do exilado na tentativa de construção de uma revolução que ultrapassasse os limites nacionais. Tendo como *corpus* obras autobiográficas tais como a trilogia iniciada por Fernando Gabeira com *O que é isso, companheiro?*, as narrativas de Alfredo Sirkis (*Os carbonários e Roleta chilena*), de Flávio Tavares (*Memórias do esquecimento*), de Alex Polari (*Em busca do tesouro*) e de Carlos Eugênio Paz (*Viagem à luta armada*), dentre outras, e como referencial teórico autores como Andreas Huyssen, Beatriz Sarlo, Leonor Arfuch, Tzvetan Todorov e Michael Pollak, o artigo visa a reflexão sobre o memorialismo dos exilados e presos políticos como afirmação contundente de um período crucial da história e da memória coletiva brasileira.

Palavras-chave: memórias; ditadura militar; literatura brasileira contemporânea.

ABSTRACT: The article analyzes several aspects related to memoirs texts from the banished people of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), mainly the domino effect of the narratives about resistance, the intertextuality among these works and the role of the banished ones in the effort of constructing a revolution which passed over national limits. Using autobiographical works such as the trilogy started by Fernando Gabeira with *O que é isso, companheiro?* [*What is this, comrade?*], the narratives of Alfredo Sirkis (*Os carbonários and Roleta chilena*) [*The carbonari and Chilean roulette*], Flávio Tavares (*Memórias do esquecimento*) [*Memoirs of forgetfulness*], Alex Polari (*Em busca do tesouro*) [*In search of the treasure*], and Carlos Eugênio Paz (*Viagem à luta armada*) [*Trip to the armed struggle*], among others, and as theoretical references authors like Andreas Huyssen, Beatriz Sarlo, Leonor Arfuch, Tzvetan Todorov and Michael Pollak, the article aims at reflecting about the memories of the banished and the political prisoners as a bruising affirmation of a crucial period of the Brazilian History and collective memory.

Keywords: memoirs; military dictatorship; contemporaneous Brazilian literature.

¹ Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto IV do curso de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

INTRODUÇÃO

“Vencendo, tomaremos o mel da vitória, perdendo, o fel da derrota. De qualquer maneira falarão de nós como aqueles que se rebelaram contra a tirania. Estamos entrando na História, tudo o que fizermos um dia será pesquisado, analisado, teremos que prestar contas, não se entra nela impunemente, pressupõe uma responsabilidade com nosso povo”.

(Carlos Eugênio Paz, *Viagem à luta armada*, p. 83)

Os dois regimes totalitários ocorridos no Brasil durante o século XX deram margem a uma vasta bibliografia, aparentemente inesgotável, sobretudo nas áreas da história e da literatura. O Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) já havia proporcionado ao modernismo brasileiro ambientação histórica para o último romance de Antonio Callado, *Memórias de Aldenham House*, e assunto para narrativas do porte de *Agosto*, de Rubem Fonseca, e para testemunhos dramáticos como o de Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere*. Mas são principalmente os vinte e um anos da ditadura militar brasileira (1964-1985) que motivaram uma quantidade e variedade impressionante de textos ficcionais e memorialísticos, conjunto que hoje compõe simultaneamente um grande acervo de depoimentos e testemunhos sobre o tumultuado período e uma importante vertente (de forte conotação social e política) da literatura brasileira contemporânea.

O golpe militar de abril de 1964, seguido de prisões e cassações, as manifestações populares e passeatas de 1968, que culminaram com o endurecimento do regime e decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a 13 de dezembro deste ano, a oficialização da censura e a repressão à resistência armada utilizando métodos como intimidação, tortura e “desaparecimento” são temas para obras dos mais variados gêneros de nossa literatura, a começar pelas crônicas que Carlos Heitor Cony publicou no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ao longo de praticamente todo o ano de 1964².

Poemas sobre liberdade, cárcere, tortura e luta armada foram produzidos pelos próprios militantes envolvidos na resistência à ditadura, tais como Alex Polari, autor de *Inventário de cicatrizes*, e Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) e

² Reunidas posteriormente sob o título de *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964* (2004). Na coletânea, encontram-se crônicas como “O medo e a responsabilidade”, “Revolução dos caranguejos” e “Um Castelo no ar”, textos alusivos às arbitrariedades cometidas durante e logo após a consolidação do golpe comandado pelo general Olympio Mourão Filho. Algumas dessas crônicas foram incluídas em “Política”, última seção do livro de memórias de Cony, de 2010, intitulado *Eu, aos pedaços: memórias*.

considerado, por algum tempo, o “inimigo número 1” do regime militar³, que teve seus poemas reunidos sob a sugestiva designação de *Rondó da liberdade*. No primeiro, encontram-se poemas de forte carga emocional, como, por exemplo, “Idílica estudantil III”, utilizado por Alfredo Sirkis como epígrafe de *Os carbonários* (2008, p. 7), e “Canção para Paulo (À Stuart Angel)”, dedicado ao companheiro pertencente ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), cujo trágico episódio de captura, tortura e morte foi testemunhado por Polari e descrito no volume de memórias *Em busca do tesouro* (1982)⁴.

No gênero romance, são inúmeros os exemplos de obras que possuem como enredo a resistência à ditadura militar, tais como, para citar apenas alguns, *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony, *Stella Manhattan*, de Silviano Santiago, e *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós. Híbridos por conseguirem articular muito bem ficção e fato, tais obras atendem perfeitamente a duas instâncias do discurso que, segundo Philippe Lejeune, imbricam-se em narrativas que conseguem realizar com sucesso a adequação da contextualização histórica a componentes ficcionais, resultando em uma fusão que dá conta de inscrever o particular no âmbito daquilo que é universal. Para o teórico francês,

A promessa de dizer a verdade, a distinção entre verdade e mentira constituem a base de todas as relações sociais. Certamente é impossível atingir a verdade, em particular a verdade de uma vida humana, mas o desejo de alcançá-la define um campo discursivo e atos de conhecimento, um certo tipo de relações humanas que nada têm de ilusório. A autobiografia se inscreve no campo do conhecimento histórico (desejo de saber e compreender) e no campo da ação (promessa de oferecer essa verdade aos outros), tanto quanto no campo da criação artística (LEJEUNE, 2008, p. 104).

Como se vê, o tema é vasto e amplamente circunscrito por crônicas, poemas e romances de extrema qualidade e pertinência. No entanto, o recorte que se pretende estabelecer aqui privilegia obras memorialísticas voltadas para o testemunho de experiências concretas e marcantes que alteraram profundamente a vivência de intelectuais que, tendo

³ Sobre isso, ver, na biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012), de Mário Magalhães, o seguinte trecho: “O auge da repercussão veio em 20 de novembro de 1968, quando o ministro da justiça discursou em São Paulo. No quartel-general do II Exército, Luís Antônio da Gama e Silva declarou Marighella ‘inimigo público número um’. O ministro afirmou que o ex-deputado, ‘indubitavelmente, é o chefe do grupo de terror que vem agindo em todo o país’.” (2012, p. 412).

⁴ Conferir os versos de “Idílica estudantil III”, síntese das expectativas e frustrações de toda uma geração de jovens brasileiros: “Nossa geração teve pouco tempo / começou pelo fim / mas como foi bela nossa procura / ah! moça, como foi bela a nossa procura / mesmo com tanta ilusão perdida / quebrada, / mesmo com tanto caco de sonho / onde até hoje / a gente se corta” (POLARI, 1979, p. 18). Sobre o poema dedicado a Stuart Angel Jones, destaco os seguintes fragmentos: “Eles costuraram tua boca / com o silêncio / e trespassaram teu corpo / com uma corrente. / Eles te arrastaram em um carro / e te encheram de gases, / eles cobriram teus gritos / com chacotas. // (...) Eles queimaram nossa carne com os fios / e ligaram nosso destino à mesma eletricidade. / Igualmente vimos nossos rostos invertidos / e eu testemunhei quando levaram teu corpo / envolto em um tapete” (1979, p. 36).

sobrevivido a prisões, ameaças e torturas, recorreram ao memorialismo para eternizar e expurgar as terríveis lembranças do período.

Para cumprir à risca tal finalidade, pressupõe-se que o gênero memorialístico não tenha sido escolhido aleatoriamente pelos autores brasileiros aqui selecionados, a grande maioria escritores e/ou jornalistas, pois, situada na fronteira entre literatura e história, “(...) a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (HUYSSSEN, 2000, p. 16). Para Andreas Huyssen, a “emergência da memória” é tão acentuada, tanto na instância pessoal, através da “literatura memorialística e confessional” e do “crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos” (2000, p. 14), quanto na coletiva (museus, monumentos, estátuas, “empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais” etc, 2000, p. 14), que é possível afirmar que “Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 9)⁵.

Assim como nos demais gêneros citados, o conjunto de textos autorreferenciais sobre o envolvimento com a luta armada e/ou com a resistência à ditadura militar, somente na literatura brasileira contemporânea, é enorme, o que me leva a limitar o *corpus* do artigo à análise de memórias diretamente relacionadas à experiência do exílio, caso de jornalistas como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Flávio Tavares, de poetas como Ferreira Gullar e de músicos como Carlos Eugênio Paz (à época, militante da ALN)⁶.

⁵ Em *O espaço biográfico*, a socióloga argentina Leonor Arfuch, ao comentar o recurso à entrevista como valioso “método biográfico”, também qualifica como “obsessiva” a ênfase no caráter testemunhal da experiência contemporânea, constatação que se aplica ao caso dos ex-exilados políticos brasileiros: “De fato, os chamados ‘métodos biográficos’, cujo recurso à entrevista é quase obrigatório, ocupam hoje uma posição predominante na investigação qualitativa, em sintonia com o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com a ênfase testemunhal, essa verdadeira obsessão da memória que os marcos simbólicos do novo século e milênio não cessaram de estimular” (ARFUCH, 2010, p. 24).

⁶ Em 1997, no capítulo “Seria o texto um auto-retrato da (re)leitura da autobiografia de Fernando Gabeira?”, o crítico Antonio Hohlfeldt estima em pouco mais de uma centena o “inventário” “dos depoimentos produzidos ao longo desse anos” (1997, p. 36). Se considerarmos, por exemplo, que a obra *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares, foi publicada em 1999, e *Onde está tudo aquilo agora?*, de Gabeira, é de 2012, é de se pressupor que o número de textos memorialísticos sobre a ditadura militar brasileira é, atualmente, bem maior que o referido por Hohlfeldt em 1997, devendo estar próximo ou mesmo ter ultrapassado a segunda centena de registros.

EFEITO DOMINÓ: AÇÃO, EXÍLIO E ESCRITA

Em 1979, tão logo é concedida a Anistia a todos os presos políticos⁷, Fernando Gabeira publica *O que é isso, companheiro?*, redigido durante o exílio vivido em Estocolmo, capital da Suécia, e tido, respectivamente, por intelectuais como Silviano Santiago e Antonio Hohlfeldt, como o texto inaugural da literatura memorialística dos exilados políticos (SANTIAGO, 2002, p. 55) e como o primeiro registro dentre “(...) extensa lista de obras semelhantes que se seguiriam a seu lançamento, caracterizando uma verdadeira tendência de geração” (HOHLFELDT, 1997, p. 39) .

A obra narra a participação do autor no sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, ocorrido no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1969. A ação, comandada pelo MR-8 e pela ALN, exigiu a libertação de quinze presos políticos e a divulgação na imprensa de um manifesto, escrito pelo militante Franklin Martins. Dentre os prisioneiros libertados e enviados à Cidade do México, estava o também jornalista Flávio Tavares, encarcerado desde o mês anterior e barbaramente torturado durante praticamente trinta dias seguidos.

De sua traumática experiência, resulta o volume intitulado *Memórias do esquecimento* (1999), impressionante e riquíssimo testemunho sobre um dos momentos mais tenebrosos da história do Brasil. Os capítulos, engenhosamente construídos, alternam a narrativa da viagem dos quinze presos (levados algemados e em silêncio, do Rio de Janeiro à Cidade do México, com escalas em Recife e em Belém), com seu envolvimento na luta armada, que culminara com a acusação gravíssima (e mal esclarecida) de que Flávio Tavares teria sido o guerrilheiro “Dr. Falcão”, mentor de um suposto atentado a ser cometido em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, através da sabotagem de uma ponte, recheada de explosivos, a serem detonados no momento em que por ela passasse uma comitiva tendo a bordo o então Presidente da República, o marechal Costa e Silva. Trinta anos depois, o memorialista admite ter havido uma conversa com um foco guerrilheiro da região, mas não o planejamento da ação.

Já Fernando Gabeira, por sua vez, foi baleado com gravidade ao ser capturado em São Paulo (um único tiro perfurou seu fígado, estômago e um rim) e tratado em hospitais militares

⁷ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, segundo a qual se concedia anistia “a todos quantos cometeram crimes políticos entre 2/9/61 e 15/8/79”.

do Rio de Janeiro, até ser incluído em outra lista, esta maior (40 presos), exigência dos guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que, em 11 de junho de 1970, sequestraram, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, o embaixador alemão Ehrenfreid von Holleben. O rapto foi descrito por Alfredo Sirkis, à época militante da organização, em *Os carbonários* (1ª edição: 1980), que narra, além deste, um segundo sequestro bem-sucedido executado pela VPR: o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, ocorrido em dezembro do mesmo ano de 1970, este comandado por Carlos Lamarca. Com isso, evidencia-se ainda mais o caráter duplamente inaugural da experiência de Gabeira, uma vez que, além de *O que é isso, companheiro?* ter dado início a um gênero hoje consolidado (a dos relatos de exilados políticos brasileiros, “verdadeira tendência de geração”, HOHLFELDT, 1997, p. 39), o sequestro do qual participara foi o primeiro de grande porte e consequências a ocorrer durante a ditadura brasileira, levando seus dirigentes a “endurecer” o regime e promulgar o AI-5.

Os sequestros subsequentes, narrados em *Os carbonários* (bem como a repercussão, dentre os militantes da VPR, do rapto de Elbrick, 2008, p. 170), e a própria narrativa de Sirkis, seguem, portanto, na esteira do rastro deixado pela experiência (prática, como guerrilheiro, e “teórica”, como escritor) de Fernando Gabeira. Perseguido pela polícia e pelo Exército brasileiro, Alfredo Sirkis consegue fugir para a Argentina em maio de 1971 e de lá entrar no Chile, de onde, após um curto período, parte para o exílio em Paris, preocupado com a divulgação, no Brasil, de sua foto como procurado por dois sequestros⁸. Em agosto de 1973, entusiasmado com o governo socialista de Salvador Allende e com a presença no país sul-americano de diversos companheiros de organização, Sirkis volta ao Chile para, no mês seguinte, testemunhar aquele que provavelmente foi o mais sangrento golpe militar jamais ocorrido na América do Sul: comandados pelos generais Mendoza e Augusto Pinochet, militares chilenos bombardearam o Palácio La Moneda, levando Allende ao suicídio (versão “oficial”, amparada em pronunciamento do então presidente à Radio Magallanes, na manhã de 11 de setembro). Em apenas dois dias (neste e no seguinte, 12), foram fuziladas cerca de vinte mil pessoas, dentre militantes de esquerda, estrangeiros e operários de fábricas que tentaram, em vão, resistir ao golpe (SIRKIS, 1981, p. 71). Os horrores presenciados e a forte

⁸ Ver o trecho: “Nas vésperas da viagem recebi uns recortes de jornais brasileiros com a minha foto, debaixo das garrafas que saudavam a prisão ou identificação dos implicados nos raptos dos embaixadores alemão e suíço, em 1970. A foto dos meus dezoito anos, posando de terninho e gravata para o Instituto Félix Pacheco, entrou nos cartazes e apareceu até na TV” (SIRKIS, 1981, p. 33).

tensão vivida naquele momento (que por pouco não o fez ser arrolado dentre as inúmeras vítimas) aparecem descritos por Sirkis em *Roleta chilena* (1981)⁹.

Logo no início da obra, Sirkis chama a atenção do leitor para as enormes dificuldades que cercam a situação de um clandestino em país vítima de golpe de estado, quando atitudes aparentemente simples tomam proporções até então inimagináveis:

Como é difícil até caminhar, pegar um ônibus, estar oculto, ser uma sombra, ter um passaporte. Que alegria estar num avião, fugindo daquele que pode me prender. Prender meu corpo e tudo o que o meu corpo pode me dar. E não permitir que meu corpo passe para o controle do outro! (SIRKIS, 1981, p. 10).

Alfredo Sirkis não foi o único exilado brasileiro a testemunhar o levante militar chileno: Ferreira Gullar e Fernando Gabeira também estavam em Santiago na ocasião do golpe. As lembranças do autor do “Poema sujo” estão em *Rabo de foguete: os anos de exílio* (1998), volume que evoca a clandestinidade, a luta e a constante fuga do poeta a regimes autoritários, uma vez que Gullar, além de escapar dos militares brasileiros com passaporte falso, presenciou os golpes havidos no Chile em 1973 e na Argentina em 1976.

Dando continuidade a *O que é isso, companheiro?*, Gabeira relata em *O crepúsculo do macho: depoimento* (1ª edição: 1980), seu longo périplo como banido pela ditadura militar brasileira (Ato Institucional nº 13, decretado em decorrência da participação em sequestro de embaixador, que, assim como Gabeira, também banira Alfredo Sirkis e Flávio Tavares, militantes proibidos de voltarem ao país até o decreto da Anistia), a princípio em Argel (para onde foram enviados os prisioneiros trocados por Holleben), em seguida na Alemanha, Chile e, finalmente, Suécia.

Se, como afirma Tzvetan Todorov em “Os homens-narrativas”, “(...) Não há personagens fora da ação, nem ação independentemente de personagens” (1970, p. 119), militantes como Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis podem, a seu modo, ser considerados “homens-narrativas”, pois “(...) contar é igual a viver” (1970, p. 127), e tanto estes como outros memorialistas supracitados somente puderam contar suas histórias por terem sobrevivido a prisões e torturas. Para Todorov, “O homem é apenas uma narrativa; desde que a narrativa não seja mais necessária, ele pode morrer. É o narrador que o mata, pois ele não

⁹ Em nota de rodapé, Sirkis transcreve o texto completo do “testamento verbal” de Allende, lido na rádio de Santiago. O trecho mais explícito, que confirmaria a hipótese de suicídio, é: “Colocado neste transe histórico, pagarei com minha vida a lealdade do povo, e digo-lhes que tenho certeza que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos não poderá ser apagada definitivamente. Eles têm a força, mas não se detêm processos sociais pelo crime e pela força. A História é nossa, ela é feita pelos povos” (SIRKIS, 1981, p. 20).

tem mais função” (1970, p. 129). O raciocínio oposto também é válido: sendo dolorosa porém necessária a narrativa referente a este crucial período da história brasileira, eles não “puderam” morrer e, assim como a sedutora Sherazade das *Mil e uma noites*, permaneceram vivos e foram “poupados” para que suas histórias de resistência pudessem chegar ao leitor contemporâneo¹⁰. Conforme anuncia no início da narrativa, o próprio *O que é isso, companheiro?* é a materialização de uma promessa feita pelo autor nas ruas de Santiago, a caminho da embaixada da Argentina:

(...) era preciso correr. Correr rápido para chegar a tempo e meio disfarçado para não chamar a atenção dos carros militares. E, talvez, o cara da esquina talvez nem fosse de esquerda. Foi assim, nessa corrida meio culpada, que me ocorreu a idéia: se escapo de mais essa, escrevo um livro contando como foi tudo. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 68 para cá, ou melhor, a fatia que me tocou viver e recordar (GABEIRA, 1982, p. 12).

O que pretendo demonstrar é de que forma as obras desses “homens-narrativas” estão imbricadas, não exatamente ou somente através do fenômeno da intertextualidade, mas sobretudo por meio de algo semelhante ao chamado “efeito dominó” ou “em cadeia”, no sentido de um efeito ser causa de outro, gerando uma série de ocorrências semelhantes de média ou longa duração (com desdobramentos até os dias de hoje, vide depoimentos à “Comissão da Verdade”). No caso, não exatamente um “efeito”, mas consequências de uma ação (levada a termo por organizações de extrema esquerda envolvidas com a luta armada) que, mais tarde, resultará em obra memorialística.

Em síntese: o sequestro do embaixador norte-americano motivou dois livros autobiográficos: *O que é isso, companheiro?* e *Memórias do esquecimento*. Os sequestros dos embaixadores alemão e suíço estão na origem da narrativa de *Os carbonários*. Os exílios decorrentes da participação de Gabeira e Sirkis nos sequestros são o assunto, respectivamente, de *O crepúsculo do macho*¹¹ e de *Roleta chilena*. Além disso, a literatura brasileira

¹⁰ Philippe Lejeune também tece considerações sobre os “homens-narrativas” em *O pacto autobiográfico*: “Ao seguir as vias da narrativa, (...) sou fiel a minha verdade: todos os homens que andam na rua são homens-narrativas, é por isso que conseguem parar em pé” (2008, p. 104).

¹¹ Somente nesta obra o leitor descobre que a fuga para a embaixada argentina, descrita no início de *O que é isso, companheiro?*, havia sido bem-sucedida, o que comprova a relação de complementaridade entre as duas narrativas. Leia-se um trecho, retirado de um dos capítulos iniciais de *O crepúsculo do macho*, no qual o autor, ao comentar detalhes do que fazia assim que chegara a Estocolmo, informa quanto tempo passara no interior da Embaixada, saciando a curiosidade do leitor que até então, supostamente, conhecesse apenas a narrativa anterior: “Além da universidade, [eu] tinha apenas uma tarefa: concluir um roteiro cinematográfico sobre nossa experiência na Embaixada da Argentina, onde ficamos refugiados três meses depois do golpe de Estado no Chile” (GABEIRA, 1981, p. 28). O episódio é tão marcante para a trajetória política de Gabeira que o autor a ele se refere novamente, em obra publicada recentemente, a ser comentada em seguida: “Os dias na embaixada da Argentina foram emocionantes. Abrigavam-se ali mais de trezentas pessoas, muitas crianças, algumas delas

contemporânea ainda dispõe de narrativas densas como *Rabo de foguete*, de Ferreira Gullar, *Em busca do tesouro*, de Alex Polari (na época, pertencente à mesma organização de Sirkis), e *Viagem à luta armada: memórias romanceadas* (1996), de Carlos Eugênio Paz, último líder da ALN e praticamente o único militante da organização ainda vivo, exilado em Paris após os eventos narrados em sua obra, prefaciada por Franklin Martins, ex-líder estudantil (UNE) e um dos mentores do sequestro de Elbrick.

Fernando Gabeira contemplaria seu leitor com mais duas obras a respeito do tema: *Entradas e bandeiras* (1ª edição: 1981) e *Onde está tudo aquilo agora? – minha vida na política* (2002). O primeiro descreve sua volta ao Brasil após a concessão da Anistia e, de certa forma, encerra um ciclo iniciado com *O que é isso, companheiro?*, o que configura uma espécie de “trilogia do exílio”, escrita em um intervalo de aproximadamente dois anos e imediatamente publicada, de forma “corajosa”, se considerarmos que entre 1979 e 1981 ainda vivíamos o período – derradeiro – da ditadura militar, sob a presidência de João Batista Figueiredo.

No segundo, *Onde está tudo aquilo agora?*, o autor faz um “balanço” de sua vida pública, analisando erros e acertos de sua militância política desde o envolvimento com a luta armada, no final dos anos 1960, até os dias atuais, quando Gabeira, um dos fundadores do Partido Verde (PV), candidatara-se à presidência da República (1989) e, em seguida, a deputado federal, sempre pelo PV. A obra possui um evidente caráter revisionista, pois, além de resumir os três livros anteriores e, de certa forma, “contar tudo de novo”, Fernando Gabeira procede a uma severa autocrítica, apontando “erros individuais” e coletivos da organização, e admitindo que, de modo geral, nenhum grupo de esquerda estava suficientemente preparado para enfrentar o regime militar. A casa onde Elbrick ficou escondido foi descoberta pela polícia antes mesmo da libertação do embaixador, uma vez que Gabeira a alugara utilizando seu nome verdadeiro. Quando o “aparelho” foi vistoriado, não foi difícil chegar aos autores do rapto – na pressa de evadir-se do local mais que suspeito, Gabeira ali esquece o paletó de um companheiro:

Sentia muito a prisão de Cláudio Torres. Ele foi o primeiro a cair, porque deixou um paletó na casa e nele havia a etiqueta do alfaiate. Cláudio tinha me pedido que levasse seu paletó quando eu saísse dali. Mas não me lembro de ter sido informado de que meu esquecimento poderia pôr em risco a liberdade dele. Eu não me culpava por isso (GABEIRA, 2012, p. 70).

irritadas com a situação e chorando com frequência. Os diplomatas argentinos foram irrepreensíveis. A comida, escassa: era o que podiam comprar naquelas circunstâncias” (GABEIRA, 2012, p. 104).

Todas as obras mencionadas neste item estão imbricadas de tal maneira que é possível identificar uma série de personagens em comum, como se pertencentes a um *roman-fleuve* escrito a várias “mãos”. O efeito dominó desses relatos, portanto, não pressupõe apenas uma ação que resulta na prática da escrita memorialística dos “homens-narrativas” (o que por si só já diria muito sobre este vasto conjunto de textos), mas se demonstra mais claramente através de uma série de personagens que invariavelmente aparecem referidos em diversas narrativas, ficcionais ou memorialísticas.

Em “Memória e identidade social”, o sociólogo francês Michael Pollak argumenta que os “elementos constitutivos da memória” são quatro: acontecimentos; lugares; datas ou vestígios datados; e personagens (1992, p. 201-202). Tais características são facilmente identificáveis nos relatos dos exilados políticos, e possuem profundas conexões entre si, estruturando e justificando as narrativas. Exemplo: o sequestro do embaixador alemão (*acontecimento*) ocorrido no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro (*lugar*), em 11 de junho de 1970 (*data*), tendo como alguns de seus *personagens* militantes da VPR que futuramente narrariam a própria aventura (Alfredo Sirkis em *Os carbonários* e Alex Polari no volume *Em busca do tesouro*), e personalidades hoje históricas, como Carlos Lamarca e Carlos Marighella, citadas não apenas nas narrativas de Sirkis e Polari, mas também por Gabeira, Paz e Tavares¹².

Michael Pollak reconhece que “(...) contar a própria vida nada tem de natural” (1992, p. 210), Leonor Arfuch fala em “inscrição narrativa dos sujeitos (...) de certos aspectos da experiência biográfica contemporânea” (2010, p. 281) e Beatriz Sarlo insiste no fato de que “A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na

¹² Ensina Maurice Halbwachs (2006) que, como a memória é falha e seletiva, muitas vezes as lembranças coletivas são distorcidas individualmente, quando a recordação está atrelada a um acontecimento ou a uma data específica. De acordo com Pollak, “Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia” (1992, p. 202). Em outras palavras: o mesmo fato (no caso, o sequestro de Holleben) dá origem a lembranças distorcidas e embaralhadas até mesmo dentre aqueles que tomaram parte nos tensos acontecimentos. Exemplifico: ocorrido o rapto em junho de 1970, durante a Copa do Mundo realizada no México, a recordação a respeito dos preparativos e da consequente execução da ação não é unânime. Para Sirkis, “A rua estava deserta. No rádio, o jogo Inglaterra e Tchecoslováquia, válido para as oitavas-de-final, na chave do Brasil” (2008, p. 243). Nas recordações de Polari, militante da mesma organização, o adversário da então Tchecoslováquia era outro: “Sete e meia da noite. Copa do Mundo de 1970. O esquema já estava montado há mais de meia hora. Estávamos preocupados com o atraso, mas o comando da ação resolveu esperar até às 20 horas. Tudo limpeza. Dezenas de pessoas na calçada bebiam cerveja. Intervalo do jogo Alemanha e Tchecoslováquia. Um monte de gente discutia na janela dos edifícios próximos” (1982, p. 210). “Beneficiado” com o sucesso do sequestro do embaixador alemão ao ser incluído na lista dos presos a serem trocados, Fernando Gabeira, naquela ocasião incomunicável na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, recorda-se de uma outra partida: “Na solitária eu soube que estava se realizando um jogo entre Brasil e Tchecoslováquia. Acompanhei o resultado pelos foguetes que comemoravam os gols” (2012, p. 83).

cena do passado” (2007, p. 24). Para a intelectual argentina, “Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração (...)” (idem). Mesmo distorcidas, tais recordações, como disse acima, aparecem permeadas por uma série de “protagonistas” em comum, “presenças reais”, primeiramente, na própria “cena do passado”, em seguida, na cena reelaborada pelo discurso memorialístico. “Homens-narrativas” em “carne e osso” (resquícios de torturas físicas ou psicológicas) como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Alex Polari e Flávio Tavares, conviveram de perto com guerrilheiros como Lamarca e Marighella, tomando parte nas decisões e ações dos diversos grupos de extrema esquerda, mais tarde relatados (e analisados os prós e contras) em suas memórias.

Biografado por Mário Magalhães em *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012), o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), comunista “de carteirinha” desde os tempos da ditadura do Estado Novo (da qual foi prisioneiro político já no ano de 1936, por sua participação na Intentona Comunista de novembro do ano anterior), é citado em *O que é isso, companheiro?* devido ao envolvimento de sua organização com o planejamento e execução do sequestro de Elbrick, sequestro com o qual, apesar do apoio, Marighella não concordava, pois pretendia centrar forças na implantação da guerrilha rural e não, em seu entender, “chamar a atenção” dos militares para ações urbanas arriscadas. Apesar do sucesso das reivindicações dos sequestradores (divulgação do manifesto e libertação de quinze prisioneiros), o saldo não é positivo, como admite o próprio Gabeira, relacionando o episódio do assassinato de Marighella, em uma emboscada preparada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em São Paulo, em novembro de 1969, à reação do Exército ao rapto extremamente provocador. Afirma o memorialista:

A morte de Marighella [sic] foi a resposta espetacular que o governo deu ao sequestro do Embaixador americano. Mas não foi a única. Inúmeras prisões tinham sido feitas, inúmeros apartamentos localizados, centenas de ligações foram estabelecidas e um colossal volume de informações novas ia caindo na mesa dos analistas, especializados no combate aos grupos armados (GABEIRA, 1982, p. 178).

Polari (1982, p. 130) e Sirkis (2008, p. 141)¹³ também o citam, mas é sobretudo em *Viagem à lutar armada* e em *Memórias do esquecimento* que o líder baiano é elevado à categoria de protagonista. No primeiro, escrito pelo também militante da ALN Carlos Eugênio Paz, Marighella recebe a alcunha de Fabiano e aparece de modo iterativo, comandando ações e participando ativamente da trama narrada. A alusão à sua morte é

¹³ Ver o capítulo “Apoio a Marig...ela”, de *Os carbonários* (SIRKIS, 2008, p. 140-143).

recorrente¹⁴. No segundo, Flávio Tavares transcreve importante diálogo ocorrido entre Marighella e ele, a propósito de uma das mais ousadas ações já executada pela esquerda brasileira – a libertação de praticamente uma dezena de presos políticos (e três comuns) da Penitenciária Lemos de Brito, pela “porta da frente”, com o auxílio de ex-marinheiros. Marighella, mesmo contrário à iniciativa, comemorou o sucesso da extraordinária “aventura”. Explica Tavares:

Em abril [de 1969], um mês antes, eu me reuni com Carlos Marighella, numa cobertura nas Laranjeiras (o luxuoso apartamento de Jorge Miranda Jordão, acima de qualquer suspeita) e lhe pedi uma trégua de “pelo menos” três semanas nos assaltos a banco no Rio, para que pudéssemos atacar a penitenciária. (...) Marighella ouviu em silêncio. Qualificou o plano de “meio infantil”, mas concordou com o pedido e perguntou por onde sairiam os presos. (...) – Pela porta da frente, a única sem vigilância – respondi, e Marighella suspirou, sorrindo: (...) – Mais do que infantil, isso parece maluquice – completou. No entanto, reiterou concordar com a trégua e cumpriu. (...) Tudo dera certo (1999, p. 59-60)¹⁵.

Marighella não concordava com ações ousadas, que atraíssem demasiadamente a atenção da polícia e da opinião pública, mas as aceitava, quando ideias e planos surgiam através dos diferentes grupos armados, de companheiros envolvidos no mesmo tipo de resistência ao regime. Ou até mesmo em seu próprio grupo. Explico: no capítulo “Sequestro do embaixador: o último a saber” (2012, p. 486-498), Mário Magalhães argumenta que, como Marighella julgava que “esse ato vai desatar a maior repressão, e nós não estamos preparados para enfrentá-la” (2012, p. 498),¹⁶ outro líder da ALN foi chamado para comandar o sequestro: Joaquim Câmara Ferreira (também conhecido como “Velho” ou “Toledo” e, assim como Marighella, de quem era amigo desde 1937, envolvido em atividades “subversivas” desde os tempos de Getúlio Vargas). Da mesma forma que seu velho companheiro de PCB, Câmara Ferreira também é facilmente encontrado nas narrativas memorialísticas e ficcionais do período, a começar, claro, por *O que é isso, companheiro?*, que relata a morte do líder e o desmantelamento do grupo após o sequestro: “Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo sob torturas em São Paulo; Jonas, o comandante

¹⁴ Ver, por exemplo, o seguinte trecho: “Fuzilaram Fabiano em plena rua, na noite de um dia sombrio, que caiu sobre nossas cabeças como um manto fétido e frio, tecido em flores que não havíamos cantado e que nem poderiam cobrir seu corpo, enterrado em vala comum de um cemitério da periferia da capital da cidade mais rica da América do Sul” (PAZ, 1996, p. 58).

¹⁵ O episódio também é referido por Mário Magalhães nas páginas 472 e 473 de sua biografia. Para o autor, “(...) Se Hollywood se localizasse no Brasil, a Operação Liberdade, como seus artífices denominaram a fuga cinematográfica, teria rendido filmes de tirar o fôlego. O ex-marinheiro Pedro Viegas tacharia como omissão a cautela de Marighella, que vibrou com a façanha”.

¹⁶ A frase teria sido dita a outro militante da ALN, Cícero Viana.

militar da ação, massacrado a pontapés pela equipe do Capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes” (GABEIRA, 1982, p. 171).

Ao explicar o racha do Partido Comunista, que não concordava com a luta armada, Flávio Tavares mostra que, apesar da discordância em relação ao sequestro do embaixador, “(...) os dois principais líderes da resistência, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira – expulsos do PCB ao optarem pela luta armada –, viviam a mesma e idêntica situação, como tantos outros” (TAVARES, 1999, p. 44). Em *Memórias do esquecimento*, Tavares relata ainda a tentativa de fuga e a consequente prisão e tortura da mulher e da cunhada de Ferreira (1999, p. 44-47) e um encontro entre ele e o comandante do sequestro de Elbrick, no mesmo apartamento luxuoso onde anteriormente se reunira com Marighella (1999, p. 113).

Em decorrência de sua prisão, Câmara Ferreira faltara a um encontro (“ponto”, na linguagem dos militantes) com Carlos Eugênio Paz, que descreve os momentos de angústia e suas falsas expectativas vividos durante os tensos instantes em que aguardara, em vão, a chegada do companheiro, cognominado Diogo. Leiamos o longo desabafo:

Peço um café, Diogo está atrasado. O ponto tem alternativa às seis e meia e às sete, pago a conta, volto ao carro e vou dar uma volta. Estou intranquilo, tento me controlar. Deve ter dormido tarde e não acordou a tempo, daqui a pouco vou vê-lo com os cabelos bem penteados e o permanente ar de asseio, tomaremos algo juntos, me dirá que não havia motivos de preocupação e que tenho de moderar minhas desconfianças. Entraremos no carro, ele fechará os olhos e iremos encontrar nossos companheiros para trabalharmos durante o fim de semana. Seis e meia, e nada. Ligo o rádio, sinto calor, tenho calafrios, vontade de chorar, surro o volante, acelero, diminuo a marcha, os joelhos tremem como na primeira ação, a felonía é evidente, Silvério entregou nosso líder. Sete horas da manhã, o dia mal começa e já termina uma era. (...) Entro em casa sem Diogo, todos compreendem meu olhar (PAZ, 1996, p. 188).

Além de Marighella e de Câmara Ferreira, são frequentes, nas obras aqui analisadas, as referências a Eduardo Colem Leite, o “Bacuri”, que atuara como motorista no sequestro do embaixador alemão (e que, como Lamarca e Paz, desertara do Exército), e do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto por Aloísio Raposo, comandante da tropa da PM chamada para intervir em uma manifestação contra o preço das refeições universitárias, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, fato que ajudaria a desencadear a Passeata dos Cem Mil (26/06/1968) e a decretação do AI-5 (13/12/1968)¹⁷.

¹⁷ Sobre Eduardo Leite, o “Bacuri”, ver SIRKIS, 2008, pp. 246, 251-252 e 341; POLARI, 1982, pp. 37, 186, 213 e 216-217; e PAZ, 1996, pp. 38-39, 164-165, 169. No “Glossário” apenso à *Viagem à luta armada*, no qual o autor indica a verdadeira identidade dos militantes clandestinos, transformados em personagens da narrativa mantendo-se o “nome de guerra”, Carlos Eugênio Paz homenageia “Rafael” / “Bacuri”: “Combativo, dono de inteligência fora do comum e de estatura moral inigualável. Torturado durante cerca de 100 dias, foi assassinado brutalmente em dezembro de 1970, e seu martírio simboliza a crueldade e a grandeza de uma época. Há que

Líder da VPR, Carlos Lamarca despertara a ira dos militares ao desertar das Forças Armadas subtraindo aproximadamente setenta fuzis do Quartel de Quitaúna-SP¹⁸. Mais do que isso, foi o comandante do sequestro do embaixador suíço Enrico Bucher, o terceiro e último dos grandes sequestros de diplomatas, este com a peculiaridade de ter exigido a libertação de nada menos que setenta presos políticos, o que confirma, por um lado, o endurecimento do regime e, por outro, o aumento do poder de negociação dos guerrilheiros que, no episódio de Elbrick, elaboraram uma lista de apenas quinze nomes¹⁹.

Em *O crepúsculo do macho*, Fernando Gabeira descreve o impacto causado, entre os militantes exilados, pela notícia da morte de Lamarca, executado no sertão da Bahia, em setembro de 1971, durante a tentativa de implantação da guerrilha rural:

Ainda daquela época, o episódio marcante foi o da morte de Carlos Lamarca, o ex-capitão que deixara o Exército para organizar as guerrilhas. Ficamos arrasados com a notícia, pois era um importante símbolo da oposição ao Governo militar. Quando morreu, Lamarca estava no MR-8, que era a organização mais forte de esquerda. (...) A morte de Lamarca tinha um profundo significado negativo. Além de todo o desastre político que expressava, indicava claramente que nossa Organização ia mal e que os sonhos de volta ao Brasil, num curto prazo, tinham ido por água abaixo. Ainda não se passara um ano de exílio e já estávamos impacientes (GABEIRA, 1981b, p. 90-91).

Outro exilado a ter notícia da morte de Lamarca em terras estrangeiras foi Alfredo Sirkis, que conta, em *Roleta chilena*, o susto que levou em uma manhã de domingo em Paris, ao folhear, ao acaso, o *Journal du Dimanche*:

Eis a página das breves internacionais que se fixa na retina enquanto o corpo gela e a garganta se fecha num brusco esgar de horror. Era uma pequena nota de pé de página, um telex qualquer de fim de noite via France Presse: CARLOS LAMARCA TUÉ. (...) Pequena nota patética de fim de página (SIRKIS, 1981, p. 44).

contar a nossos jovens a história de Eduardo Leite, o Bacuri” (1996, p. 217). Sobre Edson Luís, ver GABEIRA, 1982, p. 76; SIRKIS, 2008, p. 89; POLARI, 1982, p. 54-58; e o capítulo “A sexta-feira sangrenta”, VENTURA, 1988, p. 133-142. Não apenas os militantes presos, torturados ou mortos são personagens recorrentes nessas narrativas: agentes da repressão e da tortura, tais como o tenente-médico Amílcar Lobo (CALDAS, 1981, p. 88), o capitão Alfredo Poeck (POLARI, 1982, p. 112 e CALDAS, 1981, p. 88), o major Fontenele (TAVARES, 1999, p. 119 e CALDAS, 1981, p. 183), Mário Borges, “um dos chefões do DOPS” (POLARI, 1982, p. 72), e Gil, o “cabo de três letras” (GABEIRA, 1982, p. 230), são constantemente citados, inscrevendo seus nomes na memória coletiva brasileira através da tortura e do terror.

¹⁸ Armamento conhecido como “FAL”, Fuzil Automático Leve.

¹⁹ Magalhães comenta o fato com ironia: “Os sequestradores [de Elbrick] subestimaram seu poder de barganha – em breve, um mero embaixador da Suíça valeria setenta presos” (r2012, p. 494). Sobre o “endurecimento do regime”, ver em *Tirando o capuz* o depoimento de Álvaro Caldas a respeito de como o longo sequestro de Bucher interveio na rotina da sede do DOPS e das prisões militares sobretudo do Rio de Janeiro, onde ocorreu o confinamento do suíço. Caldas se refere a um “grande período de privação”, “(...) como ficaram conhecidos aqueles 45 dias sem visitas, cigarros, correspondência, banho de sol, enfim, as coisas mais elementares a que julgávamos ter direito” (1982, p. 200).

Alfredo Sirkis e Alex Polari, militantes da VPR envolvidos no sequestro de Bucher, conviveram de perto com o comandante da ação, o que lhes permite certa “familiaridade” a ponto de fazerem de Lamarca, em seus respectivos relatos memorialísticos, um personagem que, a despeito do temor e do respeito que impunham sua figura heroica, para a esquerda, de desertor do Exército, conquistara o grupo através de seu companheirismo e compreensão exemplares. Prova disso é a aceitação, sem ressalvas, do ex-capitão, descrita no capítulo “Desbunde do companheiro Felipe” de *Os carbonários*²⁰, do pedido de desligamento de Sirkis da VPR, quando, após a libertação de Bucher, diversos militantes da organização estavam sendo literalmente caçados e mortos.

Com a concordância do chefe, Sirkis consegue, como afirmei anteriormente, fugir para o Chile através da Argentina, e lá chegar no dia 5 de maio de 1971. Menos de dez dias depois, Alex Polari é preso e, em seguida, torturado, com a finalidade de se descobrirem os paradeiros de Lamarca e de Stuart Angel, conforme descreve em suas catárticas memórias *Em busca do tesouro*. Para o autor, “Lamarca era uma figura incrível. Sempre imagino o que diria ele hoje [em 1981], como se posicionaria, caso tivesse conseguido a difícil proeza de ter sobrevivido” (POLARI, 1982, p. 230-231).

Pretendi demonstrar de que maneira obras como *O que é isso, companheiro?*, *O crepúsculo do macho*, *Os carbonários*, *Roleta chilena*, *Em busca do tesouro* e *Memórias do esquecimento*, dentre outras, estão interligadas através de ações e personagens em comum, configurando uma espécie de efeito dominó com profundos desdobramentos para a memorialística contemporânea brasileira. Como muitos desses guerrilheiros-memorialistas viveram ações semelhantes e interrelacionadas, às vezes dentro da mesma organização, é de se esperar que tais “homens-narrativas” sejam citados, referidos e analisados em mais de um testemunho. Exemplo: como companheiros de VPR, a participarem juntos do resgate do companheiro Carlos Minc (SIRKIS, 2008, p. 210-211), Alex Polari é constantemente citado em *Os carbonários*, assim como Sirkis também é referido em *Em busca do tesouro*. Fernando Gabeira também é frequentemente mencionado em *Os carbonários* e em *Roleta chilena*, inclusive, neste, durante os tensos momentos de fuga do golpe militar chileno, no qual, como se verá a seguir, Sirkis tentara, sem sucesso, esconder-se na casa habitada por Gabeira.

²⁰ 2008, p. 425-430. Felipe era o codinome de Alfredo Sirkis na VPR e “desbunde” era o termo usado para designar um militante que desistia da luta armada.

A EXPERIÊNCIA DO EXÍLIO E O COMBATE ÀS DITATURAS SUL-AMERICANAS

O decreto da Anistia e o consequente fim do exílio e volta ao Brasil foi algo desejado por Fernando Gabeira com tanta ansiedade e angústia que a cena de seu regresso é descrita em nada menos que três obras: no final de *O crepúsculo do macho*, no qual conta como recebera a notícia da Anistia em um hotel de Estocolmo²¹; no início de *Entradas e bandeiras*, que relata a calorosa recepção dos amigos e ex-companheiros no aeroporto do Galeão, no Rio; e no capítulo 11 de *Onde está tudo aquilo agora?* (2012, p. 116-127), em que tenta sintetizar sua radical experiência de exilado que percebera, no momento do desembarque, dez anos depois de partir, a profunda modificação do contexto histórico e da situação política brasileira: “A rigor não existe volta ao país: nem você nem o país serão mais os mesmos” (GABEIRA, 2012, p. 114).

Paradoxo: a volta tão desejada deixa de ser “volta” e se torna um reaprendizado, quase uma reeducação, política e “sentimental” (pouco flaubertiana), do local de origem, a ponto de o memorialista sentir necessidade de recuperar aspectos “perdidos” de sua infância e juventude em Juiz de Fora, visitando parentes pouco tempo após o desembarque no Rio de Janeiro, conforme relata em *Entradas e bandeiras* (1981a, p. 47-65) e em *Onde está tudo aquilo agora?* (2012, p. 10-18). No caso de Gabeira e de Sirkis, o exílio trazia em si outro paradoxo – o de “existir” externamente (como asilado) e o de inexistir internamente (como clandestino e, posteriormente, como “banido”): “O governo havia decretado nossa morte oficial assinando uma pena de banimento, mas, paradoxalmente, começávamos a viver” (GABEIRA, 1982, p. 261).

Em *O que é isso, companheiro?*, no início do primeiro capítulo, ao abordar sua fuga do golpe militar chileno em direção à Embaixada argentina, Gabeira já interpretara sua peculiar situação de refugiado como a de alguém que vive “um exílio dentro do exílio”, “desta vez mais longo e doloroso porque as ditaduras militares estavam fechando o cerco no continente” (GABEIRA, 1982, p. 12). O jornalista se refere ao fato de, naquele momento histórico (setembro de 1973), diversos países sul-americanos, além do Brasil, viverem sob

²¹ Ver, por exemplo, o seguinte trecho: “Sentei na mesa telefônica do hotel para atender a um hóspede que pedia linha, quando tocou o telefone do Brasil. Joseph preparava um cachimbo e me passou para dar a primeira tragada e seus olhos foram se abrindo, à medida em que ia ouvindo o que dizia ali no telefone: (...) Nesse caso, senhores ouvintes, se o Governo garante que estamos anistiados, vamos preparar nossas malas para partir para o Brasil. (...) Era uma ligação da Rádio Globo. Tínhamos sido anistiados. O parágrafo segundo referia-se apenas a pessoas que usaram a violência e foram condenadas, e não havíamos sido condenados. Era a palavra do Governo garantindo que podíamos voltar” (GABEIRA, 1981b, p. 241-242).

regime militar, tais como Paraguai (a “Ditadura Stroessner”, que durou de 1954 a 1989!), Bolívia (1971-1982) e Uruguai (junho de 1973-1985), aos quais se somaria a Argentina em março de 1976 com a deposição de Isabel Perón.

No capítulo “A nação entre o esquecimento e a memória: para uma narrativa democrática da nação”, de *Planetas sem boca*, o crítico uruguaio Hugo Achugar refere-se com orgulho ao momento, no início dos anos 1970, em que seu país julgava-se imune a regimes autoritários, como se tal contingência histórica só pudesse ocorrer a “vizinhos” como Brasil, Argentina e Paraguai:

Antes da década de 1970, a possibilidade de que no Uruguai ocorresse uma ditadura não fazia parte do imaginário nacional; essa impossibilidade permitia, inclusive, a oposição de nosso país aos outros países da América Latina e, em especial, aos países que agora integram o Mercosul. A tradição civilista do Uruguai (...) integrava o imaginário nacional como um traço quase essencial e contribuía para o orgulho com que os uruguaios se auto-imaginavam (ACHUGAR, 2006, p. 152).

A tradição democrática do Uruguai, porém, não resiste ao golpe militar comandado em junho de 1973 por Juan Maria Bordaberry, assim como o governo socialista de Allende sucumbiria, no Chile, apenas três meses depois dessa data. Como a história é, em grande parte, construída através da relação dialética entre tradição e ruptura, a partir desta cria-se uma nova tradição, mesmo que evocando traumas e tragédias: “Hoje, a própria experiência da ditadura passou a fazer parte do acervo da nossa tradição, do acervo da nossa memória e dos cenários futuros” (ACHUGAR, 2006, p. 152).

“Homens-narrativas” como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Alex Polari e Flávio Tavares que o digam, pois estes sabem bem (e quase pagaram com a própria vida para aprender) que, “(...) Assim como houve um tempo para enterrar, ou preservar memórias, agora parece ter chegado o tempo de desenterrar identidades, de ressuscitar histórias, de construir novos monumentos e de desconstruir, ou de transformar, mediante a apropriação, os antigos” (ACHUGAR, 2006, p. 177).

Em *Tempo passado*, Beatriz Sarlo também destaca a necessidade de os latino-americanos manterem viva a lembrança do período, a fim de não deixar os trágicos acontecimentos caírem no esquecimento: “A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado” (2007, p. 20).

Narrativas sobre “revoluções perdidas”, portanto, constituem rico material constante do “acervo da nossa tradição” memorialística, “nossa” na medida em que foram redigidas, em

português, por militantes, jornalistas e/ou guerrilheiros brasileiros, mas cuja experiência não se limita ao território nacional. Em *O que é isso, companheiro?*, Gabeira admite resignado:

Lembro-me de ter escrito uma carta, de dentro da Embaixada da Argentina, para um amigo do Rio, comunicando que estava vivo. E dizia: amigo, acabo de perder minha segunda revolução e estou caminhando para o recorde daquele personagem do García Márquez que perdeu 12 ou 13, creio. Vi muita gente morrendo, grupos inteiros se entrancheando nas fábricas e resistindo até o último homem (GABEIRA, 1982, p. 15).

O saldo, realmente, é muito negativo: Marighella, Lamarca, Bacuri, Toledo, Stuart Angel e dezenas de outros guerrilheiros, mortos. Alex Polari e Álvaro Caldas, encarcerados por mais de um ano e barbaramente seviciados. Dentre os que conseguiram sobreviver e se exilar, Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis participaram da luta armada no Brasil e, “banidos”, quase perderam a vida no Chile ao tentarem escapar desesperadamente do golpe liderado por Augusto Pinochet; Ferreira Gullar passou (incólume fisicamente, mas destrozado psicologicamente) pelos golpes militares do Brasil, Chile e Argentina; Flávio Tavares, além de preso e torturado no Brasil e de ter presenciado, em Buenos Aires, como correspondente de *O Estado de São Paulo* (assinava como Júlio Delgado para despistar o SNI brasileiro), o “golpe militar de extrema-direita de março de 1976 – que depôs Isabelita e colocou no poder a Junta Militar presidida pelo general Jorge Videla” (1999, p. 248-249), foi sequestrado, no Uruguai, por uma organização paramilitar de direita e, após ter sido torturado e ameaçado de fuzilamento, ficou preso no país vizinho por cerca de sete meses até conseguir asilo político em Lisboa.

Calejado por tantas derrotas, desequilíbrio de forças e desestruturação da esquerda armada, Gabeira havia previsto possibilidades de golpe no Chile e na Argentina, o que de fato ocorreu²². Quando o convidaram para ir a Portugal participar da (esta sim, vitoriosa) Revolução dos Cravos, ele recuou, tomado de cepticismo: “Só vou a Portugal de férias (...). Era uma questão de honra para mim não repetir a experiência do Chile. Tinha dúvidas sobre o que queria exatamente” (GABEIRA, 1981b, p. 193).

²² Sobre o primeiro, ver: “O Chile não era o Brasil. Tudo bem. Mas poderia ser muito pior, porque num certo sentido as forças de direita, em caso de vitória, teriam de multiplicar seu procedimento repressivo para dismantelar a oposição” (GABEIRA, 1981b, p. 130); e a respeito do segundo: “Todos queriam saber quando sairíamos da Embaixada da Argentina. E a maioria esmagadora queria ficar em Buenos Aires. Lembro-me que minha posição era diferente. Segundo minha análise, o Governo peronista iria ser forçado a um fechamento para não ser ultrapassado à direita, e a vida dos asilados latino-americanos no país seria um inferno. O melhor, em caso de uma previsão que envolveria nosso destino por alguns anos, era estabelecer uma base mais estável: Europa” (GABEIRA, 1981b, p. 156). Sirkis utiliza, em *Roleta chilena*, uma expressão semelhante à de Gabeira para pontuar sua ideia, que se provaria equivocada, da prevalência no país do espírito democrático: “(...) o povo chileno tem muita tradição de organização, muita consciência política, muita semente foi plantada nesses três anos [de governo Allende] (...) O Chile não é o Brasil” (1981, p. 122).

Fernando Gabeira parecia, naquele momento, incorporar o estado de espírito resumido por uma frase do líder estudantil Vladimir Palmeira, transcrita em 1968: *o ano que não terminou*: “Fomos presos, torturados, mortos, exilados, e não conseguimos chegar a lugar nenhum” (*apud* VENTURA, 1988, p. 45). A situação de Gabeira e de Sirkis perambulando pelas ruas de Santiago durante o golpe chileno assumia riscos até então impensáveis, pois, ao contrário, por exemplo, de Ferreira Gullar, os dois não eram “apenas” exilados políticos vivendo em país estrangeiro: por terem participado de sequestros de diplomatas e, por esta razão, “banidos” do país, passaram rapidamente da condição de asilados para o de “terroristas internacionais” (GABEIRA, 1981b, p. 142), agravado o quadro por uma verdadeira perseguição dos chilenos, civis e militares, aos estrangeiros ali residentes. Para Gabeira,

Sair para as compras era o mais difícil para os estrangeiros. Começara uma campanha contra os estrangeiros pelo rádio. Os militares diziam que estavam no Chile para promover a guerra revolucionária e que era preciso denunciá-los. Jogavam com um forte sentimento chauvinista que existe até no interior da esquerda (1981b, p. 137).

O medo torna-se pavor e obsessão:

Quando explode o golpe militar, milhares de dramas pessoais estão seguindo seu curso e o golpe às vezes os congela, às vezes os resolve. Sei que na nossa condição de refugiados políticos, caminhando pelas ruas com um passaporte falso e com medo de sermos devolvidos ao Brasil, era impossível pensar em outra coisa que não fosse o golpe (GABEIRA, 1981b, p. 135).

O pavor de Gabeira pode ser confirmado através do depoimento de Sirkis em *Roleta chilena*, que presenciou, ao lado de Carlos Minc, o diabólico instinto de “caça aos estrangeiros”, alimentado pela polícia, pela mídia e por boa parte da sociedade civil: “Batem novamente à porta. É Morales que volta abruptamente e avisa que ouviu um papo (...) dizendo que vão cuidar dos ‘*extremistas extranjeros*’ do apartamento 23, ou seja, nós aqui” (SIRKIS, 1981, p. 22).

Sirkis e Minc decidem então fugir a bordo de um automóvel Renault. Vagam a esmo, correm riscos, presenciam atrocidades enquanto tentam raciocinar e encontrar abrigo seguro. Quase perdidos, distantes do centro, de repente se veem na rua Holanda, onde moravam os companheiros Gabeira e Júlia. Resolvem subir e tentar guarida: não são bem recebidos – apavorado com o que ouvia pelo rádio, Gabeira temeu pela segurança de todos e não concordou com a presença, ali, dos dois companheiros. Alfredo Sirkis assim resume o episódio, omitido por Gabeira em *O crepúsculo do macho*:

Calle Holanda, esta rua eu conheço, aqui moram o Gabeira e a Julinha. Decidimos encostar e subir até lá ver se estão bem, se têm notícias. Escadas, campanha, ela abre e dá um “oi” desanimado. (...) O Gabeira anda às voltas pela sala, ouvindo

rádio. A junta confirma: toque de recolher às seis da tarde. Aí começam a ler uns comunicados em série que parecem saídos dum filme de horror; seu texto é o mesmo duns panfletinhos que os aviões lançam sobre a cidade: (...) *No se tendrá compasión con los extranjereros que han venido a matar chilenos. Ciudadano: permanece alerta para descubrirlos y denunciarlos a la autoridad militar más próxima* (...). Uma incitação à delação e ao linchamento. Agora somos “estrangeiros que vieram matar chilenos”. Só faltava essa... (...) – Vocês não deviam ter vindo aqui, os vizinhos estão nos vigiando pelo olho mágico, quanto menos movimento melhor (...) Ele [Gabeira] está preocupadíssimo, com boas razões (SIRKIS, 1981, p. 35).

Sirkis admite que o companheiro estava certo – na verdade, alguns meses antes do golpe, o clima de insegurança e de medo na capital chilena já era tão grande que, segundo o memorialista, alguns exilados “(...) viam a polícia brasileira em toda parte, atacados de clandestinite aguda andavam desconfiados pelas ruas de Santiago e fingiam não conhecer ninguém” (1981, p. 31). Após serem desencorajados a permanecer ali, Minc e Sirkis voltam à rua e o terror recomeça. Conseguem refúgio em um hotel indicado por outros companheiros encontrados pelo caminho, onde são severamente interpelados pelo dono e por um hóspede xenófobo. Escapam de serem denunciados às autoridades militares porque Sirkis possuía um visto de entrada no Chile, como turista, carimbado um mês antes do golpe, em 10 de agosto de 1973, e válido por três meses. Por essas e outras, para um “banido” sobrevivendo a um verdadeiro massacre em país estrangeiro, “aquele passaporte verdinho da República Federativa do Brasil [é] a maior das preciosidades do exílio” (SIRKIS, 1981, p. 64).

O contingente de brasileiros correndo perigo no Chile, em setembro de 1973, era enorme, uma vez que, em janeiro de 1971, os setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço foram “remetidos pela Varig às mãos acolhedoras de Allende”²³. Na ocasião, uma “festa”, a festa do alívio, do sonho e da utopia, alimentados pelo governo Allende e pelo aparente sucesso da ramificação da VPR fixada em Santiago. Menos de três anos depois, o pânico e o pesadelo. Durante esse período, articulações dos exilados, a maioria oriunda do MR-8, do PCBR e, sobretudo, da VPR, a fim de manter viva, no exterior (em cidades como Santiago, Havana, Berlim e Paris), células de resistência às ditaduras sul-

²³ SIRKIS, 1981, p. 26. Sobre a recepção dos chilenos aos brasileiros deportados, ver: “A chegada teve TV, manifestações em Pudahuel e cerimônias presididas pelo próprio ministro do Interior, o socialista José Toha. Até a democracia cristã se solidarizou com o asilo concedido aos brasileiros, muitos dos quais contavam histórias de torturas que horrorizavam os pacatos habitantes daquele país irmão com 40 anos de democracia nas costas” (idem). Sirkis não “pertencia” à lista dos 70 mas estava diretamente relacionada a ela, por ter participado do sequestro que a gerou, fato que viria se somar à sua preocupação na ocasião do golpe: “Sou condenado a duas perpétuas e uns tantos anos a mais pra terceira encarnação, pelas auditorias militares, em virtude do caso dos embaixadores e outras milongas mais. A Embaixada do governo Médici em Santiago pulula de agentes secretos que estão em estreito contato com as autoridades golpistas. A coisa mais natural é que entreguem aos chilenos o listão de brasileiros que querem capturar” (1981, p. 65).

americanas. O número de militantes é tão representativo que é comum encontrarem-se, nas narrativas de Sirkis e Gabeira, referências a discussões ocorridas em “aparelhos” de Santiago e de Havana, a respeito das consequências práticas dos sequestros e do andamento da guerrilha urbana e rural no Brasil. O racha de Lamarca com a VPR, transferindo-se para o MR-8, é comentado no subcapítulo “De volta aos aparelhos” (SIRKIS, 1981, p. 30). Já a repercussão sobre os critérios de elaboração das listas de presos trocados e a demora na solução do sequestro do embaixador suíço é testemunhada, por Gabeira, durante um treinamento em Cuba, para onde partira diretamente de Argel, primeira “escala” de seu périplo como exilado: “O sequestro tomou várias semanas para se resolver com a troca dos prisioneiros. Desde o primeiro dia, estivemos atentos ao seu desenrolar, mas as notas que o *Granma* publicava eram curtas e muito esparsas para nossa curiosidade” (1981b, p. 85).

Não era mera “curiosidade”: muitos dos guerrilheiros em treinamento haviam participado de ações semelhantes e aguardavam a libertação de diversos companheiros de luta e de organização, para, de Cuba e do Chile, darem sequência a atividades revolucionárias “transnacionais”. Afirma Gabeira: “Entre nós havia algumas pessoas que participaram de sequestros e havia pessoas que conheciam bem a linguagem de cada organização de esquerda. Contávamos em saber muito mais, na medida em que pudéssemos alinhar as informações disponíveis na imprensa cubana e analisá-las em conjunto” (1981b, p. 86).

Militantes da VPR exilados no Chile e guerrilheiros oriundos de várias organizações em treinamento em Cuba, talvez se julgassem mais atuantes no processo de resistência à ditadura militar brasileira na medida em que procuravam se manter bem informados do planejamento e execução de atividades “revolucionárias” nos quatro cantos do mundo e principalmente no Brasil. Situação diferente da que Alfredo Sirkis testemunhara em Paris no inverno de 1971, ao perceber que o eufemístico “revolucionário em missão pelo mundo” substituíra a noção de um simples “exilado”, que adquirira outra conotação:

No nosso coletivo reinava a neurose de exílio não assumida. Tanto, que recusávamos a nos considerar exilados. Exilado era sinônimo de “desbundado”, naquele significado que a esquerda dava ao termo nos anos 60. (...) Quadros militantes, aliados e simpatizantes, revolucionários em missão pelo mundo. Exilados eram “eles”, a “colônia brasileira”, aqueles que não pertenciam ao punhado de siglas de organizações armadas, sinônimo de sofrida, penada, trágica resistência ao regime (SIRKIS, 1981, p. 39).

Com efeito, “revolucionários em missão pelo mundo” não poderiam mesmo ser confundidos com outros tipos de exilados, voluntários ou não, pois continuavam tão ou mais atuantes que no Brasil (uma vez que não tinham a repressão diretamente no encalço), e

subdividiavam-se de acordo com hierarquias a serem, pelo menos em tese, disciplinarmente respeitadas: havia os “quadros”, isto é, companheiros vindos do Brasil “por tarefa da organização ou que tivessem sido banidos do território nacional em consequência dos sequestros de embaixadores” (1981, p. 40); os “aliados”, militantes provenientes de outras organizações (1981, p. 41); e os “simpatizantes”, “sem vínculo disciplinar com a organização” (idem).

Vê-se que a atividade não é consensual nem mesmo quanto à terminologia adotada para se referir aos excluídos pela ditadura militar brasileira: “desbundados” uns, “exilados” outros tantos, assim como “guerrilheiros em treinamento”, “quadros”, “aliados” e “simpatizantes”. Banido algemado para a Cidade do México, Flávio Tavares se surpreende ao ouvir a ordem dada, a um diplomata brasileiro, por José Cerecedo López, Chefe de Migrações do Aeroporto Internacional (“Tenham pressa, pois no México não se permite o uso de algemas!”, 1999, p. 136), e conclui, para seu completo alívio: “Para o México, nós não éramos prisioneiros, mas imigrantes” (idem). Entre o “revolucionário em missão pelo mundo” e o “desbundado”, entre o militante engajado e o imigrante caberiam nuances de comportamento e de atitudes que, voluntariamente ou não, confundiram os órgãos de repressão nacionais e internacionais, disseminando disfarces, códigos secretos e abnegação a uma causa que, no início dos anos 1970, estava longe de ser abandonada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (HUYSSSEN, 2000, p. 16), a memória é, para o teórico, um “fenômeno político” central na sociedade ocidental contemporânea, com reflexos em todos os segmentos culturais e midiáticos (livros, museus, monumentos, homenagens, documentários, filmes, peças de teatro etc). Ao longo do artigo, procurei demonstrar de que forma a luta armada e a resistência à ditadura militar brasileira se eternizaram na memória coletiva do país através de uma série de relatos memorialísticos contundentes, interrelacionados em “efeito dominó”, “reflexões emocionadas” que, segundo Renato Tapajós, buscaram “captar a tensão, o clima, as esperanças imensas, o ódio e o desespero que marcaram essa extrema tentativa política que foi a guerrilha” (1977, p. X).

“Homens-narrativas” como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Carlos Eugênio Paz, Alex Polari e Flávio Tavares, unindo, no dizer de Sarlo, “corpo e voz” à lembrança da “presença real do sujeito na cena do passado” (2007, p. 24), fornecem ao leitor um rico manancial ideológico e humano sobre um dos períodos mais conturbados da recente história política brasileira, sobre o qual há que se jogar luz e evitar o silêncio (tão caro aos clandestinos), mesmo que a contragosto, conforme exposto no paradoxal título das recordações de Flávio Tavares, sugestivamente intituladas *Memórias do esquecimento*. Na Introdução, questiona o jornalista: “Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? Por que trazer de volta aquele sabor metálico do choque elétrico na gengiva, que me ficou na boca meses a fio?” (TAVARES, 1999, p. 11-12).

Resposta: lembrar para que não aconteça novamente, para que sua experiência sirva de exemplo, ou pelo menos de lição, para as gerações mais novas, para que seu sofrimento e privação se somem definitivamente à memória coletiva dos “humilhados e ofendidos” e dos que ousaram desafiar o *status quo*, possibilitando, segundo as palavras de Beatriz Sarlo, a condenação, perante a opinião pública, do “terrorismo de Estado” (2007, p. 20). Caso tivesse sucumbido à tortura no Brasil ou no Uruguai, Tavares não estaria vivo para “contar a história”, e seu padecimento teria tido fim sem relegar à humanidade o testemunho de sua experiência, tragédia que de fato acometeu tantos outros, como Carlos Lamarca, Stuart Angel, Mário Alves, Vladimir Herzog e Rubens Paiva, dentre inúmeros outros, dos quais nos privamos de conhecer detalhes referentes à captura, tortura, desaparecimento e morte. Como, segundo Marighella, “Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica” (*apud* MAGALHÃES, 2012, p. 550), desconhecemos seus gritos, verdadeiros “planetas sem boca” silenciados a ferro e fogo.

Fernando Gabeira também lamenta os mortos e, num rasgo de severa autocrítica, questiona a utilidade da sobrevivência à repressão: “O que adiantaria sobreviver, quando tantos, melhores do que nós, desapareciam?” (1982, p. 226). Grave dilema existencial (resistir ou não? sobreviver ou não?), praticamente insolúvel, que dá margem a ambiguidades apenas resolvidas através da catarse memorialística e da dialética história/memória (“passado” da cena” / “presente” da evocação). Para simplificar o conflito, o memorialista sugere, em *O crepúsculo do macho*, que a finalidade da recordação deve prevalecer sobre a subjetividade dos acontecimentos descritos: “Não vou contar como escapei [do golpe no Chile], porque

escapei, tanto que estou aqui lembrando de toda a história” (GABEIRA, 1981b, p. 141). Quem sai ganhando com essa decisão? A história e a literatura brasileira contemporânea, revertendo o saldo negativo de tanto sangue e barbárie.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. A nação entre o esquecimento e a memória: para uma narrativa democrática da nação. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 151-166. Trad. Lyslei Nascimento.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. Trad. Paloma Vidal.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CALLADO, Antonio. *Memórias de Aldenham House: romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

CONY, Carlos Heitor. *Eu, aos pedaços: memórias*. São Paulo: Leya, 2010.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

FONSECA, Rubem. *Agosto*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

GABEIRA, Fernando. *Entradas e bandeiras*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981a.

GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981b.

GABEIRA, Fernando. *Onde está tudo aquilo agora? – minha vida na política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006. Trad. Beatriz Sidou.

HOHLFELDT, Antonio. Seria o texto um auto-retrato da (re) leitura da autobiografia de Fernando Gabeira?. In: REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (Org.). *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 17-49.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Trad. Sérgio Alcides.

LEI nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em novembro de 2013.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. *Rondó da liberdade: poemas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2 v, 1996.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Trad. Rosa Freire d'Aguiar.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 44-60.

SANTIAGO, Silviano. *Stella Manhattan: romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 2ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta: romance*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

TODOROV, Tzvetan. Os homens-narrativas. In: *As estruturas narrativas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 119-133.

VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou*: a aventura de uma geração. 28ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Data de recebimento: 18/07/2014

Data de aprovação: 24/11/2014